

ARTHUR BOBSIN DE MORAES

**JULGAMENTO
ANTECIPADO
PARCIAL DO
MÉRITO**

**A APLICAÇÃO DO ARTIGO 356 DO
CPC/2015 NA PRÁTICA FORENSE**





Copyright© 2020	Arthur Bobsin de Moraes
Editora-Chefe	Fernanda Pacheco Amorim
Capa e Diagramação	Carla Botto de Barros
Revisão	Marcelo Haggeman dos Santos
Produção editorial	Deborah Cristina Amorim

CONSELHO EDITORIAL

Aldacy Rachid Coutinho - UFPR	Gabriel Real Ferrer - UNIVALI e Universidad de Alicante-ES
Alexandre Moraes da Rosa - UFSC e UNIVALI	Gisele França da Costa - Estácio de Sá-UNESA, UERJ e EMERJ
Alfredo Copetti Neto - Unioeste e Unijuí	Jéssica Gonçalves - UFSC
Ana Claudia Bastos de Pinho - UFPA	Jorge Bheron Roche - Unifor
Claudio Ladeira de Oliveira - UFSC	Juan Carlos Vezzulla - IMAP-PT
Claudio Melim - Univali	Júlio César Marcellino Jr - UNISUL
Daniela Villani Bonaccorsi - Imed	Márcio Ricardo Staffen - UNIVALI
Denise Schmitt Siqueira Garcia - UNIVALI	Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI
Diogo Rudge Malan - UERJ, UFRJ e FGV DIREITO RIO	Orlando Celso da Silva Neto - UFSC
Eduardo de Avelar Lamy - UFSC	Pedro Miranda de Oliveira - UFSC
Flávio Pansieri - PUC/PR	Roberto Mascú - Universidade de Coimbra-PT
Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto - UFSC e UNIVALI	

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M818j

Moraes, Arthur Bobsin de

Julgamento antecipado parcial do mérito : a aplicação do artigo 356 do
CPC/2015 na prática forense / Arthur Bobsin de Moraes. - 1. ed. - Florianópolis [SC] :
EMais, 2020.
198 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-86439-02-1

1. Processo civil - Brasil. 2. Julgamento antecipado - Brasil. I. Título.

20-65061

CDU: 347.91/95(81)

Leandra Felix da Cruz Candido - Bibliotecária - CRB-7/6135

.....
É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e seus §§ 1º, 2º e 3º, Lei da Lei 10.695 de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).



EMais
Editores & Livraria Ltda.

Todos os direitos desta edição reservados à EMais.
www.emaiseditora.com.br
euquero@emaiseditora.com.br
Florianópolis/SC

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - A EVOLUÇÃO DA SISTEMÁTICA PROCESSUAL CIVIL: AÇÃO, PEDIDOS E CAPÍTULOS DE SENTENÇA	21
1.1. Entendendo a ação como direito autônomo	21
1.2. Cumulação de ações e de pedidos	30
1.3. Ações e suas cargas de eficácia	38
1.4. O conceito de sentença: a evolução do CPC de 1939 ao CPC de 2015.	44
1.5. A celeridade processual decorrente da cumulação de ações	53
CAPÍTULO 2 - A DECISÃO ANTECIPADA PARCIAL DE MÉRITO	59
2.1. Decisão parcial: do CPC/1939 ao CPC/2015	59
2.2. A decisão parcial no CPC/2015: O julgamento antecipado parcial do mérito	69
2.2.1. Natureza jurídica	70
2.2.2. Hipóteses de cabimento	79
2.3. Parcela do pedido e pedido cumulado	82
2.4. Quebra da unicidade da sentença e a implicação na celeridade processual	84
CAPÍTULO 3 - JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO E A PRÁTICA FORENSE	91
3.1. Implicações na recorribilidade das decisões	92
3.2. Fundamentação da decisão que julga parcialmente o mérito	101
3.3. Impactos na execução de título extrajudicial e no cumprimento de sentença	105
3.4. Implicações na reconvenção	111
3.5. Decisões interlocutórias não recorríveis	113
3.6. Aplicação do artigo 356 como um dever do magistrado	120
3.7. Existência de honorários de sucumbência no julgamento antecipado parcial do mérito	123

3.8.	A cisão do mérito pelos Tribunais	128
3.9.	Recorribilidade da decisão parcial de mérito proferida por Tribunal ..	131
3.10.	Viabilidade de interpor agravo de instrumento pela via adesiva.	132
3.11.	Ingerência na ordem cronológica de julgamento.	137
3.12.	Julgamento antecipado parcial do mérito e o efetivo acesso à justiça	138
3.13.	Necessidade de reexame necessário	144
3.14.	Ingerência na sistemática da ação rescisória.	148
3.15.	Aplicação nos Juizados Especiais	154
3.16.	Possibilidade de sustentação oral no agravo de instrumento contra decisão antecipada parcial do mérito	159
3.17.	Crítica quanto ao nome do procedimento	161
3.18.	Implicação do julgamento antecipado parcial do mérito nos incidentes de resolução de demandas repetitivas e nos casos de recursos repetitivos.	162
3.19.	Improcedência liminar no julgamento antecipado parcial do mérito	168
3.20.	Sentenças parciais no procedimento arbitral	172

CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	183
--------------------------	------------